



## **Flash 1, COVID-19** **NECESSIDADE DE UM ESTADO MAIS PROACTIVO**

João Mosca

O Observatório do Meio Rural (OMR) está publicando e publicará vários textos curtos acerca do contexto político, económico e social derivado da “crise do COVID-19”, com algum foco sobre a cidade de Maputo, possível epicentro da pandemia em Moçambique. Pode-se aceitar que alguns textos não se enquadrem no mandato do OMR. Porém, uma instituição de pesquisa não pode ficar alheia à situação. Análises e resultados de pequenas acções de trabalho de campo serão publicados periodicamente. Existem já três séries de textos directamente relacionados com o momento: (1) Resumo semanal da evolução dos preços de bens essenciais, nos principais mercados de Maputo, Beira e Nampula; (2) Flashs que reportam análises pontuais sobre assuntos específicos e resultados de recolha de informação no terreno.

### **1. BANCO DE MOÇAMBIQUE**

O Banco de Moçambique (BdeM) tem pautado por estar ausente ou, quando surge com medidas, elas são ineficazes e de impacto muito limitado. Por outro lado, permite o aumento da taxa prime em 40 pontos base, de 18,00% para 18,40%. Isto é, caso os bancos comerciais adiram a esta indicação (com carácter de obrigatoriedade) do regulador, tornaria o preço do dinheiro ainda mais elevado, dificultando o acesso das empresas ao crédito e, por conseguinte, o fomento da actividade económica. De facto, houve uma ligeira subida das taxas de juro à economia.

Por outro lado, a redução das reservas obrigatórias dos bancos comerciais junto do Banco Central permitiu maior liquidez que, no lugar de ser canalizada para a economia (devido à crise das pequenas e médias empresas e à taxa de juros), tem sido investido, principalmente, para financiar o Estado (títulos e obrigações do tesouro). Uma vez mais, o BdeM e os bancos comerciais a suportarem o despesismo do Estado que, neste caso pontual, só terá coerência se esses recursos sirvam para suportar um conjunto de medidas e de apoios aos cidadãos e às empresas directamente relacionados com os sectores fundamentais no quadro da crise (saúde, agricultura, comércio e transportes).

Seguindo as balizas teóricas e os objectivos da política monetária do BdM (fiel reproduzidor do FMI), só há uma justificação: travar a previsível inflação como dogma, independentemente dos contextos das economias em expansão ou em recessão/crise. Em recessão, muitos economistas e exemplos empíricos revelaram que se deve estimular o sector privado com

crédito mais barato para reactivar ou sustar a queda da produção, do investimento e do emprego. O BdeM está promovendo, na realidade, menos produção e o desemprego.

Por outro lado, o BdeM ainda nada referiu sobre a redução das reservas internacionais (actualmente altas, suficientes para cerca de 6 meses de importações) para reforçar as importações de bens essenciais à vida no contexto do COVID-19: alimentos e produtos de saúde.

## **2. TRANSPORTES PÚBLICOS NAS CIDADES**

Foi tomada, e bem, a medida de proibição de circulação de autocarros cheios, para assegurar a distância entre as pessoas (transporte de um terço da capacidade do veículo). Naturalmente que esta medida implicou redução drástica das receitas dos transportadores e muitos deixaram de circular, mesmo considerando haver menos pessoas a circular nas cidades.

Sendo expectável a reacção dos transportadores, seria desejável que o Governo tivesse sido proactivo e encetasse imediatamente, após o anúncio da medida, negociações com os transportadores para minimização dos efeitos da decisão e em defesa da saúde dos cidadãos. Não foi feito.

## **3. MEDIDAS DO MUNICÍPIO SOBRE AS VENDAS NAS RUAS DE MAPUTO**

As medidas de impedimento de venda de artigos diversos nas ruas e passeios da cidade de Maputo foi tomada antes do alerta sobre o COVIDIS-19. Esta decisão tem sido imposta com presença e repressão policial, sobretudo no centro da cidade. Várias questões se colocam:

- A redução de postos de venda de bens essenciais (porque não foram criados locais alternativos) é acertada no actual contexto?
- A repressão policial é acertada em momento de elevada insatisfação e *stress* colectivo e perda de renda, sobretudo dos mais pobres?
- Como serão compensados os prejuízos causados aos empresários e trabalhadores provocados por actuações policiais que ultrapassam o decidido (por exemplo, encerramento de armazéns)?
- A incidência da repressão para fazer cumprir o decidido concentra-se na cidade-cimento. Não será uma actuação desequilibrada e com falta de equidade/discriminatória?

Porquê tanta urgência e intransigência e desproporcionalidade/desequilíbrio repressivo quando assim viveu a cidade e certamente centenas de milhares de pessoas (consumidores e vendedores, além da cadeia produtiva mais alargada)?

#### **4. PRINCÍPIO DAS DISTÂNCIAS DE CONVÍVIO SOCIAL**

Persistem comportamentos de desrespeito individual e colectivo pelas distâncias de convívio social. As paragens de transporte público e os mercados são exemplos deste facto. Isso significa que as pessoas ainda não assumiram, por desleixo/inconsciência e/ou falta de informação. Isso significa que é necessário aumentar a campanha informativa e, sobretudo, haver campanhas educativas directas. Por que não a polícia (e também o exército), no lugar de reprimir, actuar com aconselhamento, organização das filas, etc? Uma boa ocasião para que as forças da ordem limparem um pouco a percepção de forças de repressão para serem, também, forças de apoio aos cidadãos.

#### **5. ABASTECIMENTO**

O abastecimento de bens alimentares essenciais começa a preocupar. Alguns preços (açúcar, arroz, cebola, farinha de milho, massa esparguete, ovo e repolho) têm subido bastante e rapidamente. Estas subidas são provocadas, principalmente, por: (1) redução drástica de importações da África do Sul; (2) aproveitamento dos agentes económicos envolvidos no circuito dos produtos (produtores, transportadores e comerciantes).

É estranho que o açúcar, que tem sido o bem com os preços mais estabilizados ao longo de vários meses, tenha subido, sobretudo se for considerado que este produto é distribuído por uma única empresa (monopólio) cujos accionistas são as empresas açucareiras e porque, de momento, parece não haver nenhuma razão para alteração dos custos de transporte e distribuição.

Sabe-se que as importações da África do Sul começaram a ser somente permitidas, tanto na RAS como em Moçambique aos importadores licenciados. Os mukeristas não podem passar a fronteira como indivíduos e este circuito informal representava uma elevada percentagem das importações para Maputo. Agora, depois de décadas de circuitos informais e permissibilidade dos agentes alfandegários e policiais, exigem-se procedimentos e licenciamentos para os quais grande parte dos agentes económicos não estão preparados nem organizados. Uma explicação plausível advém do lock down sul-africano. Esta é uma situação que deve ser resolvida (flexibilizada) urgentemente entre as autoridades moçambicanas e sul-africanas.

#### **6. INÉRCIA DO GOVERNO**

Para além das comunicações diárias (ou quase diárias) do Ministério da Saúde, não existem comunicações à sociedade, por parte do Governo. O COVID-19 é principalmente uma questão de saúde pública, mas as suas consequências são graves e muito para além da saúde. O Governo não pode estar silencioso.

O Governo tem-se mostrado pouco proactivo. Sendo expectável a reacção dos transportadores nas cidades, por que o Governo não negociou imediatamente com a

associação dos agentes económicos dos transportes privados das cidades? E com os transportadores de passageiros nas cidades?

O que foi feito para incentivar a produção agrícola de bens essenciais e de ciclo vegetativo curto? E sobre a reactivação das zonas verdes em redor das cidades que tão eficaz resposta deu em outros momentos críticos de abastecimento?

Esta falta de actuação, ou inércia, governamental, revela que o choque psicológico (ou baixa consciência da plena gravidade da crise) na governação ainda não aconteceu. Pode acontecer que sem consciência da gravidade, se passe, directamente, a situações de instabilidade social.

Maputo, 8 de Abril de 2020